

APORTES. Segundo delator, último aporte ocorreu em função do 'protagonismo político' do ex-prefeito de Santos

Deputado Papa teria recebido R\$ 600 mil não contabilizados

Da Reportagem
INFORMAÇÕES DE O GLOBO

O ministro Luiz Edson Fachin, relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), retirou o sigilo de um dos dois inquéritos instaurados com base nas delações dos 78 executivos e executivos do Grupo Odebrecht que ainda tramitavam em segredo de justiça.

No processo, o deputado federal João Paulo Tavares Papa (PSDB-SP), identificado na denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) como "Benzedor", é suspeito de ter recebido R\$ 600 mil não contabilizados da empreiteira.

De acordo com o delator Benedicto Barbosa da Silva Júnior, ex-líder empresarial da área de infraestrutura da Odebrecht, Papa teria recebido dois aportes da construtora: o primeiro, de R\$ 300 mil em 2012 e o segundo, do mesmo valor, em 2014.

O contexto dos repasses, segundo o procurador-geral da República, só poderá ser aferido após a conclusão das investigações. Outro colaborador, Luiz Antônio Bueno Júnior, afirmou em delação que, em 2014, Papa tinha protagonismo político em Santos, no litoral paulista, e que seria importante manter uma relação com ele.

"O colaborador Luiz Antônio Bueno Júnior, em seu Termo nº 09, destacou que, em 2014, quando João Paulo Papa postulava o cargo de deputado federal, verificou, junto com Benedicto Júnior, que João Paulo Papa era político que tinha protagonismo na cidade de Santos e representava o PSDB, portanto, seria



MATHEUS TAGÉ/DIÁRIO DO LITORAL

»» Papa garante que não praticou qualquer irregularidade e declarou tudo à Justiça Eleitoral

importante guardar uma relação de longo prazo com ele, pois poderia auxiliar os interesses do Grupo Odebrecht em oportunidades futuras", diz um trecho da denúncia da PGR apresentada ao Supremo.

O aporte de R\$ 300 mil, no ano de campanha eleitoral, teria sido repassado por Josney Cirelli, que à época trabalhava na obra do emissário submarino nas cidades de Praia Grande, São Vicente e Santos.

Papa foi prefeito de Santos de 2005 até 2012. Na decisão de abertura de inquérito e levantamento de sigilo, Fachin confirma o pedido de Janot e estabelece que os autos sejam remetidos "à autoridade policial" para a apuração da denúncia.

Fachin abriu 76 inquéritos contra políticos a partir do conteúdo da delação da Odebrecht. Desses inquéritos, o ministro havia determinado, em abril, o fim do sigilo de 74 e manteve apenas dois sob sigilo: um deles o de Papa.

O ministro do Supremo autorizou a abertura de investigações contra oito ministros do gover-

DIÁRIO DO LITORAL

Ano 18 - Nº 6.379 | R\$ 1,00 | diariodolitoral.com.br | Sexta-feira, 14 de abril de 2017



Lista da Odebrecht tem políticos e sindicalistas da BS

REPRODUÇÃO

»» Diário do Litoral publicou, em 14 de abril, informações do Site Poder 360, sobre uma lista da Odebrecht com 180 políticos brasileiros e seus apelidos. Oito da Baixada

no de Michel Temer, 24 senadores, 37 deputados e 12 governadores e seus aliados. No total, 97 pessoas serão investigadas.

Papa. Procurado ontem, o deputado João Paulo Tavares Papa esclareceu, por intermédio de sua Assessoria, que a retirada do sigilo do processo não evidenciou outras denúncias além daquelas já veiculadas pela Imprensa anteriormente e que Papa possui mais de 30 anos de uma vida pública marcada por muito trabalho e absoluto respeito às leis em todos os cargos que exerceu. Participou, como candidato, de três eleições em 2004, 2008 e 2014, e sempre pautou as ações com transparência e lisura.

Disse, ainda em nota, que prestará todos os esclarecimentos necessários. O deputado tem plena confiança de que a Justiça irá dirimir dúvidas que existam e evidenciar a verdade, pois, reitera, não praticou qualquer irregularidade. Todos os recursos captados para

»» R\$ 300 mil

Aporte teria sido repassado para Josney Cirelli, que trabalhava na obra do emissário submarino em Santos

a campanha eleitoral foram declarados conforme as leis vigentes; todas as contas de campanha foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Outros da região. Em 14 de abril último, o Diário publicou, baseado em informações do Site Poder 360, que Papa (Benzedor) já fazia parte de uma lista com nomes e apelidos de 180 políticos brasileiros, conhecida como versão 2.0 da "lista da Odebrecht", entregue por Benedicto Barbosa.

A lista entregou que Manso ou BMW; Adoniran; Paris; Babosa; Estiva, Crusoé e Pequeno são, respectivamente, os codinomes do deputado Beto Mansur; do vereador Braz Antunes; do vice-governador Márcio

França; do prefeito Paulo Alexandre Barbosa; do presidente do Sindicato da Estiva, Rodney Oliveira da Silva (Nei da Estiva), do sindicalista Robson de Lima Apolinário e do ex-secretário de Portos de Santos Sérgio Aquino.

O site Poder 360 é do ex-colunista de Política da Folha, Fernando Rodrigues, e trazia parte de um arquivo sistematizado que possuía ainda os valores pagos por meio de caixa 2. O arquivo cobre as eleições de 2008 a 2014.

Segundo lista, enquanto candidato, o deputado Beto Mansur (Manso ou BMW) não tinha intermediários e os valores doados para sua campanha (R\$ 150 mil e 300 mil) foram pedidos por ele que tinha o compromisso de apresentar e defender projetos de interesse da Odebrecht na Câmara dos Deputados. O mesmo compromisso teria o deputado Papa (Benzedor), que recebeu R\$ 300 mil da empreiteira.

O vice-governador Márcio França (Paris), candidato a deputado federal, teria recebido somente R\$ 70 mil em doação, também sem intermediários. Já o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (o Babosa), para a campanha de 2012, teria recebido duas doações de R\$ 300 mil (R\$ 600 mil), por intermédio do intermediário Jefferson Novelli de Oliveira. Braz Antunes (Adoniran); Nei da Estiva (Estiva), Robson Apolinário (Crusoé) e Sérgio Aquino (Pequeno) receberam de doação R\$ 20 mil; R\$ 20 mil, R\$ 20 mil e R\$ 400 mil, respectivamente.

Planilhas. Conforme o site www.poder360.com.br, o executivo e outros delatores também entregaram milhares de planilhas extraídas do sistema informatizado Drousys, usado no controle e registro dos pagamentos de propina.

Segundo o delator, um mesmo político podia ter dois codinomes em contextos diferentes, e o mesmo apelido podia ser usado para dois destinatários.

O objetivo era evitar que os entregadores do dinheiro soubessem quem receberia a remessa. Os pagamentos geralmente eram feitos em dinheiro vivo.

Procurados à época, alguns denunciados da região informaram que as doações foram para seus partidos, outros que foram declaradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ainda os que negaram ter recebido qualquer valor da empreiteira. Nei da Estiva chegou a dizer que iria processar a empreiteira por danos morais.